



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Resenha do livro – Amazônia: Encruzilhada civilizatória. tensões territoriais em curso de Carlos Walter Porto-Gonçalves

Joana Cristina Gomes Ferreira ^I , Bianca Azevêdo de Souza ^{II} ,
Jaiany Correia de Araújo ^{III} 

^IUniversidade Regional do Cariri, Crato, CE, Brasil

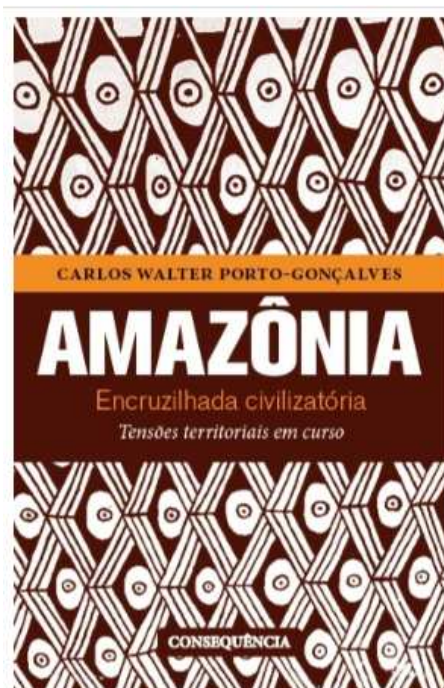
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3086-2704>

^{II}Universidade Regional do Cariri, Crato, CE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6772-6635>

^{III}Universidade Regional do Cariri, Crato, CE, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6326-965X>



Carlos Walter Porto-Gonçalves, foi um pesquisador, professor, geógrafo, amigo, orientador, palestrante, militante e autor, participou de movimentos sociais, capaz de dialogar com diferentes grupos, de campos epistêmicos, políticos e sociais distintos, tendo como mote

principal a luta pela terra, pela vida e pela natureza. Sua atuação foi além da fronteira nacional e associou-se a lutas sociais por toda América Latina, o que demonstra seu envolvimento e atuação em distintas redes e escolaridades (Corrêa, Alentejano, 2024).

O título da obra antecipa, de forma sugestiva, os temas que serão abordados ao longo do texto, a partir do ponto de vista do autor e de outros autores que o mesmo cita, para entendermos o que seriam essas encruzilhadas. Logo na introdução ele nos destaca as análises feitas da "região" (uma das palavras mais recorrentes ao longo do livro), ela será construída com base em várias fontes epistemológicas, incluindo contribuições do conhecimento científico sobre aquela região e, por outro lado, do saber ancestral. Porto-Gonçalves realiza uma crítica severa à desqualificação dos saberes locais, já que a ciência só considera fontes que sigam métodos criados no âmbito de revoluções científicas modernas.

A história da região Amazônica conta com 17 mil anos de ocupação humana, isto é, centenas de povos/etnias e nacionalidade que se fundaram ali. Porto-Gonçalves (2017), nos convida a mergulhar nessa leitura com a apresentação de diálogos de saberes com outras matrizes de racionalidade que nos oferecem outras perspectivas de conhecimento da Amazônia.

Em primeira instância o livro aborda como a Amazônia é vista, e como tal visão está ligada ao capitalismo-colonial que a região da Amazônia foi submetida, a região localizada em uma posição periférica no interior de países periféricos. Sua história é sempre contada pelos de fora ou os que chegaram depois (no processo de exploração), nunca com a perspectiva dos povos locais que estão a mais de 17 mil anos vivendo lá. Há uma dicotomia nessa história entre a natureza e o homem, tratando-os separadamente, e não como uma unidade que influencia e recebe influência. A narrativa criada apresenta a floresta separada da população que lá habita, o que foge completamente da visão local. Para a maioria dos povos originários, essa separação não existe, floresta e indivíduos são considerados um só, estão conectados e, mais do que isso, constituem suas próprias vidas.

O referido autor evidencia que o discurso usado para a exploração explícita, está ligada a uma área de grande extensão de um local de futuro e de um vazio demográfico imenso, o que é uma total falácia. Faz-se assim, a justificativa de habitação e de criação de maquinários na região com o discurso de uma globalização eficaz naquele local. Todo esse enredo construído acaba provocando o apagamento da cultura e da história local. Um exemplo disso é o esquecimento de mais 180 línguas faladas por aproximadamente 240 povos, o que facilita a

aplicação de políticas generalizadas que, ao invés de reconhecer as especificidades culturais, reforçam a invisibilidade desses grupos e promovem um processo de unificação forçada, ignorando a singularidade de cada um.

A enorme biomassa que se encontra na região da Amazônia faz com que tantas comunidades tenham sobrevivido. Essa biomassa é cultivada e preservada pelas práticas dos povos e seus conhecimentos ancestrais, e foi fundamental para resistência e liberdade dos povos contra o avanço da exploração e do capitalismo sobre aquela região. Quando abordamos essa “r-esistência” se tem um desafio de considerar a singularidade de cada um desses povos e etnias, principalmente quando se trata do capitalismo moderno-colonial contatando um conflito ético - político, políticas essas que consideram um único conceito de cidadania.

Desde 1960, houve uma nova configuração sociogeográfica, que inicia uma mudança de um ancestral histórico para uma nova hegemonia mundial estadunidense, passando-se por um novo termo a ser disseminado mundial: o desenvolvimento. Com o apoio tanto da esquerda quanto da direita, foi pensada uma estratégia para o que eles chamaram de superação do subdesenvolvimento entre os países da América Latina após a Revolução Cubana.

Essa estratégia foi imposta sob o lema “Aliança para o Progresso”, conhecida como calcanhar de Aquiles, foi barrada a questão de reforma agrária questão é essa que estava causando o transtorno entre 1950/1960 e a Amazônia permaneceu atravessada pois tinha o interesse do colonialismo interno. Sendo assim, a colonização serviu para a anti-reforma agrária aqui no Brasil já que a área era vista como a área a ser colonizada. No entanto, algumas regiões que estavam localizadas na Amazônia, como Bolívia e Equador, tiveram suas reformas agrárias efetivadas.

A região amazônica passa a viver uma tensão territorial, com o avanço dessas explorações que tentam, a todo custo, efetivar a globalização dessa floresta. Acabou-se por constituir um território amplamente hostil para as populações que historicamente habitam aquela região.

Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios – várzea - floresta e do "máximo controle de pisos ecológicos" do mundo andino-amazônico. Esse padrão se vê subordinado por outro que passa a se organizar em torno das estradas - terra firme, explorando seu solo e seu

subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da viscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos.

No governo de Juscelino Kubitschek com propaganda de 50 anos em 5, ocorreu a crescente construção desse campo cheio de engenharias de máquinas, financiado por grandes empresas, iniciando assim a intensificação no processo industrialização do Brasil, que vai ter como slogan do "Brasil, ame-o ou deixe-o". Trata-se do avanço da chamada 'civilização' sobre os povos considerados 'selvagens'. Esse processo resultou em uma série de violências sistemáticas, conhecidas na Amazônia como 'correria' — um termo utilizado para descrever as práticas de expulsão, perseguição e extermínio de populações indígenas, com o objetivo de tomar seus territórios e forçá-las para fugir.

Com a expansão das grandes empresas nessas regiões, os grandes empresários promoveram uma profunda transformação no campo, uma mudança quase geopolítica, já que esses agentes econômicos passam a enxergar o território apenas como espaço produtivo, desconsiderando as populações que ali vivem. Com o avanço das políticas neoliberais, intensificam-se as mudanças no espaço em um curto período de tempo, revelando um modelo de exploração cada vez mais desconectado das realidades locais. Atualmente, observa-se que o centro de produção e lucro dos maquinários se deslocou para a Ásia, especialmente a China, gerando impactos diretos na dinâmica socioambiental da Amazônia.

Porto-Gonçalves nos alude em sua obra sobre o funcionamento e o impacto de algumas políticas neoliberais, a partir de 1990, com foco na América do Sul, principalmente na Amazônia. O autor cita a Aliança do Livre Comércio das Américas – ALCA - que funcionou, e ainda funciona, como base para a construção de um “sistema de objetos” que teria como objetivo a construção das condições gerais de produção – estradas, represas, hidroelétricas, portos, aeroportos e comunicação – o projeto responsável pela construção de tal base capitalista denominou-se Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana ou IIRSA.

Assim, tal projeto tem o objetivo claro de integrar economicamente regiões a qual incidem. Dos 10 eixos de integração do IIRSA, 5 incidem diretamente sobre a Amazônia causando impactos negativos que vão desde lutas emancipatórias dos povos tradicionais até uma exploração predatória e desenfreada desse bioma tão importante para o equilíbrio ecológico do planeta. A consequência é uma reconfiguração geográfica profunda e desigual.

Neste cenário, baseado no pensamento de Paul Little, Porto-Gonçalves relaciona tais projetos de integração com o conceito de industrialização forçada da selva, onde em pouco tempo se tem a inserção de aparatos urbanos em uma região não adaptada com tal cenário e que, principalmente, não o requisitou.

Além disso, o mais preocupante em toda essa organização de megaprojetos diz respeito a sua incidência principal e aos danos ambientais e sociais que são levados para essa área de importância planetária “que se constitui num enorme oceano verde”, já que 70% dessa biomassa é água numa extensão, como se viu, verdadeiramente oceânica” (Porto-Gonçalves, 2017, p.48).

Ademais, existe dentro desses projetos uma coordenação pan-amazônica ligada a região andina que torna tal iniciativa mais robusta. Porto-Gonçalves traz que em 2010, havia 544 projetos em um valor estimado de 130 bilhões de dólares. Dos 31 projetos prioritários 14 eram diretamente na Amazônia, financiados com dinheiro público que posteriormente recaem em uma dívida que tem que ser paga pela população. Neste caso além de tais projetos apresentarem problemas ambientais – desmatamento, poluição, predação da fauna- apresentam também problemas sociais – desapropriação, expulsão por gentrificação, perda da renda de população tradicional- ainda montam uma dinâmica econômica onde a população mais afetada precisa, indiretamente e diretamente, arcar com os custos dessa produção.

Mais adiante entende-se um pouco melhor e mais compartimentado cada base construída para a produção. No caso das estradas e das hidrovias, o objetivo é facilitar a circulação de mercadorias no espaço geográfico e estimular a produção e a acumulação de capital. Em relação a esse megaprojeto, o seu maior impacto está na região andina – região muito sensível pela sua megadiversidade, altimetria e uma grande quantidade de povos em isolamento voluntário. Neste quadro proposto já pode-se afirmar que existe uma ligação direta entre construção de estradas e o desmatamento. De acordo com a obra entre 1978 e 2016 a área desmatada aumentou em 50 vezes.

Podemos perceber com a obra de Porto-Gonçalves (2017), que o desmatamento abre portas para diversos outros problemas como a desertificação do solo. Além de violência, expulsão e desordenamento para com a sociedade presente nesta região, porque, infelizmente, até hoje muitas pessoas ainda veem a Amazônia como uma região que não abriga grupos sociais e que possuem uma floresta imensa que atrapalha a implementação de práticas

capitalistas globalizadas, assim o eixo de desenvolvimento do IIRSA também se configura como um eixo de conflito, desmatamento e caos nos rios.

Porto-Gonçalves aborda a construção de hidrelétricas como uma estratégia do capitalismo de diminuir o tempo geral de produção. É notório que um aumento tão exponencial no nível de produção precisaria ser acompanhado por um crescimento da produção energética. Não é de hoje que os olhos dos grandes produtores se voltam para a região amazônica, vendo tal local como uma fonte inesgotável de recursos, visão altamente predatória e prejudicial que distorce a realidade, não enxergando a verdadeira vulnerabilidade ambiental e social presente na Amazônia. A bacia amazônica, a maior bacia hidrográfica do planeta, é vista como uma fonte perene de recursos hídricos. Assim em 2012 existiam 171 hidrelétricas na Amazônia, e estava prevista para 2020 a construção de mais 246 hidroelétricas. Um aumento de 144% no lapso de 8 anos. Esta situação demonstra como tais projetos desrespeitam a floresta, os povos e o ecossistema de uma maneira geral, rápida e profunda.

Enquanto isso, o Canadá e os Estados Unidos da América avançam com o licenciamento ambiental do que será a maior mina a céu aberto de ouro no Brasil. O que chama a atenção para essa situação é que tal projeto, que é tão grande e prejudicial, esteja instalado – não por coincidência- no maior bioma brasileiro que ocupa espaço em discussões ambientais a décadas pela sua importância imprescindível na dinâmica da manutenção da vida planetária. Atualmente, a Belo Sun – mineradora canadense- ainda avança com o licenciamento ambiental, e pior, explora ouro na Amazônia mesmo ainda não possuindo permissão.

A matriz energética com combustíveis fósseis continua sendo a base do sistema urbano-industrial imposto pelas grandes corporações globais. Assim, existe uma procura por eles em regiões mais longínquas como na Amazônia, sobretudo na sub-região andino-amazônica que abriga condições favoráveis à presença de petróleo e gás. Neste caso, a Amazônia andina é a mais afetada, pois apresenta uma maior chance de abrigar tais recursos, o mais desrespeitoso dessa situação é que é nessa região onde estão metade dos povos indígenas que optam por isolamento voluntário. Tal população precisa ver o seu espaço sendo invadido para a construção de estradas, oleodutos, gasodutos e outras estruturas que favorecem o avanço exploratório.

O aspecto mais perverso desse avanço acelerado — marcado pela perda da diversidade biológica e cultural, pela violência contra os povos da região, pelo despojo de populações

inteiras e até por assassinatos — é que tudo isso ocorre enquanto a comunidade internacional se recusa a apoiar uma das iniciativas mais criativas para proteger a riqueza amazônica e seus povos: a proposta de Yasuni. Essa iniciativa representa uma estratégia governamental eficaz para preservar o Parque Nacional Yasuni, na Amazônia equatoriana, impedindo a exploração de combustíveis fósseis em seu interior.

Sob o viés da mineração, podemos considerar esse megaprojeto como um dos mais exponenciais e de consequências drásticas e duradouras. Na totalidade dos países que exercem soberania sobre a Amazônia, a legislação separa a propriedade do solo da propriedade do subsolo, onde estão os minérios, além do petróleo e do gás, o que tecnicamente deveria diminuir o número de exploração mineradora, mas que na realidade não funciona bem assim.

Na Amazônia existem, segundo a obra, um total de 52.974 zonas mineiras que cobrem uma área de 1.628.850 km², o que corresponde a 21% da superfície de toda a bacia. O Brasil abriga 80% dessas áreas, e o Peru, com 11%, vem em segundo lugar. A Guiana é o país com maior porcentagem de zonas mineiras com 67,5% de seu território amazônico, seguido pelo Brasil com 27%, e o Suriname com 18,6%.

A maioria dessas zonas mineradoras demonstram um perverso sistema de devastação e violência onde são instalados, se impondo não só na região natural, mas também a seus povos e culturas.

Na sequência o autor vai discutir sobre a Amazônia como um território de conflitos que não se limitam apenas a disputa por terras, mas envolvem também questões como a preservação de culturas, saberes tradicionais e formas de organização social dos povos amazônicos.

Neste contexto, é colocado em pauta o conceito de “R-existência” que representa uma forma ativa e criativa de resistência. Vista como uma prática de reinvenção, uma forma de afirmar a vitalidade das comunidades amazônicas diante das ameaças que as cercam, ação muito necessária frente aos grandes desafios que comunidades tradicionais dessa região enfrentam – alguns desses já citados neste escrito.

De forma analítica e aguçada o autor descreve tensões territoriais baseadas em modelos de desenvolvimento que impõe pressão para a execução de uma evolução baseada na extração de recursos minerais, na agricultura de grande escala e na expansão da infraestrutura, que, – na

maioria das vezes, - resulta na devastação da floresta e na violação dos direitos territoriais das populações locais.

Por outro lado, há a tentativa de proposição de um desenvolvimento sustentável, que respeite as formas de vida dos povos amazônicos, preserve o meio ambiente e busque uma convivência harmônica com a natureza. Uma das formas que tecnicamente seria considerada “sustentável” seria a utilização de energia produzida por hidrelétricas que -tecnicamente, novamente, não emite uma quantidade grande de gases do efeito estufa na atmosfera, porém, – como já comentado a construção das hidroelétricas como a de Inambari, no Peru, costuma instalar conflitos socioambientais intensos, neste caso, não só na Amazônia, mas de toda América Latina.

A obra encerra-se comentando de forma mais aprofundada e conclusiva sobre as perspectivas de continuidade da floresta, da cultura e dos povos que a habitam. Assim, o autor traz que a Amazônia tem um passado estabelecido e um futuro possível. Nas décadas de 1950 e 1960, com o governo brasileiro incentivando a ocupação da região e sua exploração econômica, a ideia de que a Amazônia era uma fronteira de desenvolvimento e prosperidade tornou-se um discurso dominante. A criação de projetos como a construção de estradas, a implantação de grandes centros urbanos e a colonização de áreas como a Transamazônica reforçam essa visão de um futuro de crescimento e integração. Neste cenário o autor cita que “Os países que exercem soberania sobre a Amazônia têm sido alvo, nesses últimos 40 anos, de fortes pressões vindas sobretudo dos países centrais para diminuir o desmatamento” (Porto-Gonçalves, 2017, p. 85).

Por conseguinte, infelizmente, a Amazônia, contrariando pedidos externos, manifesta no seu presente tensões e desafios causados, em sua maior parte, por grandes obras de infraestrutura, avanço do agronegócio, desmatamento acelerado que resulta em um colapso ambiental, social e cultural.

O presente da região amazônica conta, principalmente, com populações indígenas, quilombolas, seringueiros e outros grupos tradicionais que têm, ao longo de décadas, resistido aos projetos de desenvolvimento que ameaçam suas terras e modos de vida e que precisam ser ouvidos e respeitados para que se possa existir um futuro nesse bioma tão importante para o equilíbrio ecológico mundial, não só pelos seus fatores naturais, mas também pelos seus fatores socioculturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri e SILVA, M. das G. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRITO, A. C. R. Águas de trabalho e águas de negócio: extrativismo e conflitos territoriais. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 27–62, 2024. DOI: 10.35701/rcgs. V 26.980. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/980](https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/980). Acesso em: 24 ago. 2025.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Homenagem a Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 2, pág. 6-9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.85963>. Acesso em: 12 de maio. 2025.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Joana cristina gomes ferreira

Universidade Regional do Cariri (URCA) – Crato-CE

Email: gomesjoana2804@gmail.com

Bianca Azevêdo de Souza

Universidade Regional do Cariri (URCA) – Crato-CE

Email: bianca.azds@urca.br

Jaiany Correia de Araújo

Universidade Regional do Cariri (URCA) – Crato-CE

Email: Jaiany.araujo@urca.br